

A Economia numa Perspectiva Interdisciplinar

Luan Vinicius Bernardelli
(Organizador)



Luan Vinicius Bernardelli

(Organizador)

A Economia numa Perspectiva Interdisciplinar

**Atena Editora
2019**

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E19	A economia numa perspectiva interdisciplinar [recurso eletrônico] / Organizador Luan Vinicius Bernardelli. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-505-1 DOI 10.22533/at.ed.051193007 1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Economia. I. Bernardelli, Luan Vinicius. II. Título. CDD 330
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A ciência econômica é marcada pelo estudo do funcionamento dos mercados, determinação das taxas de juros, câmbio, entre diversos outros aspectos que são relacionados aos aspectos gerais macroeconômicos e microeconômicos. Contudo, o estudo das ciências econômicas possui um forte caráter multidisciplinar, o que potencializa o impacto dos estudos econômicos na sociedade.

É fundamental compreender como os agentes se organizam economicamente e, de maneira constante, buscar aprimorar a qualidade de vida das pessoas. O estudo da economia tem como finalidade principal aumentar o bem-estar da sociedade, contudo, trata-se de um processo complexo que envolve uma série de fatores.

Dessa forma, a multidisciplinaridade tem muito a oferecer para o desenvolvimento da ciência e, conseqüentemente, para o entendimento das relações econômicas entre os seres humanos. Nesse sentido, no e-book “A economia numa Perspectiva Interdisciplinar”, apresenta-se artigos que contribuem para o estudo das ciências econômicas sob o enfoque multidisciplinar, abordando importantes temas sobre as atuais relações econômicas entre os agentes.

A complexidade dos agentes econômicos impossibilita a reprodução e o entendimento das relações econômicas por meio de uma ciência exata. Nesse sentido, a economia é estudada como uma ciência social, que deve ser constantemente testada e mensurada, a fim de se aprimorar o modo de organização social.

A organização deste livro não está pautada sob um critério único, dado a diversidade de temas e métodos que são apresentados. Neste livro, o leitor poderá contemplar 35 capítulos que debatem a economia numa perspectiva interdisciplinar. Os trabalhos abrangem diversas temáticas, como o desenvolvimento econômico sob o enfoque regional e territorial, a fim de mostrar a importância do espaço e da região nos estudos econômicos. Questões relacionadas ao comportamento do consumidor nos tempos atuais também podem ser apreciadas. Importantes conceitos sobre uma Economia Solidária, que se trata de uma temática de estudo em constante evolução no Brasil e possibilita o desenvolvimento de formas alternativas de geração de emprego e renda, principalmente para pessoas de baixa renda. Além disso, diversos outros textos discutem questões pertinentes no atual contexto econômico.

Neste livro também se encontram trabalhos sobre diversas regiões e estados brasileiros, evidenciando que, além de uma grande diversidade em relação aos temas e métodos, a ciência econômica sob caráter interdisciplinar está sendo investigada em todo território nacional e contribui com todas regiões do Brasil. Dessa forma, o leitor poderá contemplar estudos de pesquisadores de todo o país, de Universidades Estaduais, Federais, centros e instituto de pesquisa, entre outras importantes entidades contribuintes à ciência nacional.

Por fim, desejo que o leitor desfrute dos artigos apresentados nesta edição, ressaltando a importância do estudo das ciências econômicas sob caráter

interdisciplinar. Certamente, este livro dará suporte aos leitores para a compreensão da importância do estudo da economia e suas áreas correlatas.

Luan Vinicius Bernardelli,
Doutorando em Teoria Econômica pelo PCE/UEM

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (DO OESTE) DE SANTA CATARINA: ANÁLISE SÓCIO ECONÔMICA DO PERÍODO DE 2000 A 2010	
Alyne Sehnem Juliano Luis Fossá Marcia Berti Fiorin	
DOI 10.22533/at.ed.0511930071	
CAPÍTULO 2	13
A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	
Seonária Costa Santana Alane Amorim Barbosa Dias Cleudson Santos de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.0511930072	
CAPÍTULO 3	21
O PAPEL DO TERRITÓRIO NOS DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS REDES SOLIDÁRIAS	
Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza Auro Aparecido Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.0511930073	
CAPÍTULO 4	33
A ECONOMIA PAULISTA ANTES DO CAFÉ: AGRICULTURA, COMÉRCIO E DINÂMICAS MERCANTIS NA REGIÃO DE “SERRA ACIMA” (C. 1800-C. 1820)	
Marco Volpini Micheli	
DOI 10.22533/at.ed.0511930074	
CAPÍTULO 5	60
CAFEICULTURA, URBANIZAÇÃO E CAPITALISMO: O CAMPO E A CIDADE NO SÉCULO XIX, JUIZ DE FORA-MG	
Felipe Marinho Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.0511930075	
CAPÍTULO 6	74
MODA, CULTURA E CONSUMO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO	
Ana Paula Nobile Toniol Sara Albieri	
DOI 10.22533/at.ed.0511930076	
CAPÍTULO 7	87
COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR E NOVAS PROCURAS: OS VALORES CULTURAIS DO QUEIJO MINAS ARTESANAL	
Lélis Maia de Brito Lidiane Nunes da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.0511930077	

CAPÍTULO 8	99
COMIDA DE PET: COMENSALIDADE INTERESPÉCIE	
Juliana Abonizio Eveline Teixeira Baptistella	
DOI 10.22533/at.ed.0511930078	
CAPÍTULO 9	112
CONSUMO, BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE FRUTAS NO ASSENTAMENTO TERRA VISTA- ARATACA-BA	
Telmara O. Benevides Campos Ricardo de Araújo Kalid Milton Ferreira da Silva Junior Maria Olímpia Batista de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.0511930079	
CAPÍTULO 10	125
OS PASSATEMPOS DA VIAGEM: UMA ABORDAGEM SOBRE AS RELAÇÕES DE CONSUMO NOS BRT DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE	
Marília do Nascimento Silva Alcides Jairon Lacerda Cintra	
DOI 10.22533/at.ed.05119300710	
CAPÍTULO 11	137
CONECTANDO AGRICULTURA – ALIMENTAÇÃO - DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DO CAMPO CIENTÍFICO	
Caroline Conteratto Álvaro Sérgio Oliveira Daiane Thaise Oliveira Faoro Gabrielli do Carmo Martinelli	
DOI 10.22533/at.ed.05119300711	
CAPÍTULO 12	147
ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO COMO BASES PARA UMA NOVA CONDIÇÃO MATERIAL DA EXISTÊNCIA	
Yuri Rodrigues da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.05119300712	
CAPÍTULO 13	159
DESAFIOS DA AUTOGESTÃO E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS EM SOLIDÁRIA	
Gabriel Gualhanone Nemirovsky Édi Augusto Benini Elcio Gustavo Benini Eziel Gualberto de Oliveira Henrique Tahan Novaes Martina Nogueira Lima Raphael Camargo Penteadó Gustavo Henrique Petean	
DOI 10.22533/at.ed.05119300713	

CAPÍTULO 14	173
ECONOMIA SOLIDÁRIA, PRÁTICAS ESPACIAIS E TERRITÓRIOS DISSIDENTES EM RIO CLARO (SP)- BRASIL	
Auro Aparecido Mendes Sílvia Aparecida Guarnieri Ortigoza	
DOI 10.22533/at.ed.05119300714	
CAPÍTULO 15	182
EDUCAÇÃO POPULAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA PARCERIA POTENTE NA LUTA POLÍTICA	
Ana Elídia Torres	
DOI 10.22533/at.ed.05119300715	
CAPÍTULO 16	191
UM OLHAR SOBRE A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	
Lourença Santiago Ribeiro Diego Palma de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.05119300716	
CAPÍTULO 17	201
GERAÇÃO DE RENDA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA OFICINA COM USUÁRIOS DE CAPS-AD II	
Gabriela Zanim Patrícia Tosta Soares Regina Célia Fiorati	
DOI 10.22533/at.ed.05119300717	
CAPÍTULO 18	213
CURSO FORMATIVO PARA O FORTALECIMENTO DA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SAUDÁVEL EM RIBEIRÃO PRETO-SP	
Mariana Pantoni Santana Regina Célia Fiorati Perla Calil Pongeluppe Wadhy Rebehy Regina Yoneko Dakuzaku Carretta Daniel Yacoub Bellissimo Julia Terra Ribeiro do Vale Marta Cristiane Alves Pereira Rogério Cerávolo Calia José Luiz Bahia Patrícia Soares	
DOI 10.22533/at.ed.05119300718	
CAPÍTULO 19	222
ESTUDO DE CASO: IMPLANTAÇÃO DE UMA INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA UTFPR/ CÂMPUS DE APUCARANA	
Márcia Cristina Alves Marcelo Capre Dias	
DOI 10.22533/at.ed.05119300719	

CAPÍTULO 20	234
SABERES E SABORES: A EXPERIÊNCIA DE UMA FEIRA DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (BA)	
Alessandra Oliveira Teles Wesley Freire dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.05119300720	
CAPÍTULO 21	246
O DESAFIO DA ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO E PRÁTICAS DE EXTENSÃO: ESTUDO DE CASO DA TEMÁTICA DE COOPERATIVISMO NA UFFS	
Raoni Fernandes Azerêdo Pedro Ivan Christoffoli Anelize de Souza Muller Campos	
DOI 10.22533/at.ed.05119300721	
CAPÍTULO 22	258
ELEMENTOS PARA A DETERMINAÇÃO MATERIAL DO DIREITO NOS TEXTOS ECONÔMICOS TARDIOS DE MARX: O MOVIMENTO DO DIREITO NA VIA CLÁSSICA	
Lucas Almeida Silva	
DOI 10.22533/at.ed.05119300722	
CAPÍTULO 23	278
FORMAS ESTATAIS E REGIMES DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL	
Matheus de Araújo Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.05119300723	
CAPÍTULO 24	291
EVOLUÇÃO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE INDÚSTRIA EXTRATIVA E INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO PERÍODO DE 2000 A 2011	
Luciane Rosa de Oliveira Bruna Márcia Machado Moraes Angélica Pott de Medeiros Reisoli Bender Filho	
DOI 10.22533/at.ed.05119300724	
CAPÍTULO 25	311
MODELO DE GESTÃO PARA AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS MEDIANTE A APLICAÇÃO DE MÉTODO SWOT	
Caroline Conteratto Laura Possani Gabrielli do Carmo Martinelli	
DOI 10.22533/at.ed.05119300725	
CAPÍTULO 26	322
MERCADORES DE OBRIGAÇÕES: COMÉRCIO, DÁDIVAS E RECIPROCIDADE NA TROCA DE VALORES NA FEIRA DA 25 DE SETEMBRO EM BELÉM/PA	
José Maria Ferreira Costa Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.05119300726	

CAPÍTULO 27	335
RELEVÂNCIA DA IMAGEM CORPORATIVA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL: UM ESTUDO COM ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA	
Paulo Roberto da Costa Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.05119300727	
CAPÍTULO 28	347
EBC: A CIDADANIA PERDIDA	
Valéria de Castro Fonseca	
Célia Maria Ladeira Mota	
DOI 10.22533/at.ed.05119300728	
CAPÍTULO 29	358
A PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS (DES)ASSISTIDOS TRABALHADORES EM EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS	
Arlete Candido Monteiro Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.05119300729	
CAPÍTULO 30	372
IMPACTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA DO CARVÃO MINERAL NA ECONOMIA DO SUL DE SANTA CATARINA	
Eduardo Netto Zanette	
Silvio Parodi Oliveira Camilo	
DOI 10.22533/at.ed.05119300730	
CAPÍTULO 31	395
VIVER ENTRE O MAR E A TERRA: UMA COMPARAÇÃO DO PERFIL SOCIAL E ECONÔMICO DOS PERSEGUIDOS PELO TRIBUNAL DA INQUISIÇÃO EM SALVADOR E CARTAGENA DAS ÍNDIAS XVI-XVII	
Jéssika de Souza Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.05119300731	
CAPÍTULO 32	415
OS APARATOS INFOTELECOMUNICACIONAIS E A DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO IDEOLÓGICA NO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO	
Edvaldo Carvalho Alves	
Fellipe Sá Brasileiro	
Edilson Targino de Melo Filho	
DOI 10.22533/at.ed.05119300732	
CAPÍTULO 33	425
RÁDIOS LIVRES E A DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO: UMA PERSPECTIVA MUDA	
Ricardo Franco Llanos	
DOI 10.22533/at.ed.05119300733	
CAPÍTULO 34	438
GESTÃO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA EM UMA UNIVERSIDADE MULTICAMPI	
Tiago Santos Sampaio	
DOI 10.22533/at.ed.05119300734	

CAPÍTULO 35	449
<i>SOFTWARE LIVRE E TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO SOCIAL</i>	
Flávio Gomes da Silva Lisboa	
Marilene Zazula Beatriz	
DOI 10.22533/at.ed.05119300735	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	460

EBC: A CIDADANIA PERDIDA

Valéria de Castro Fonseca

Universidade de Brasília-UnB
Brasília-DF

Célia Maria Ladeira Mota

Universidade de Brasília-UnB
Brasília-DF

EBC: THE LOST CITIZENSHIP

ABSTRACT: This paper focuses on citizenship exercise restrictions imposed on *Empresa Brasil de Comunicação* (Brazilian Communication Company - EBC) in which was held an intervention, through a provisional measure (MP), in the first twenty four hours of the Temer government. This measure, which has changed the company statute and its communicative practices, persists until now in the Bolsonaro government. This study applies the methodological assumptions of Narrative Critical Analysis (Gonzaga Motta, 2013) in the text of MP 744/2016, in order to verify the authoritarian symbolism of the government act and the provisional measure impact on freedom of expression in Brazil. With this serious change in EBC, the foundations for a citizenship linked to the public affairs and to common goods disappear. Therefore, citizenship itself loses its political force and its public space.

KEYWORDS: citizenship; public communication; provisional measure; narrative

1 | INTRODUÇÃO

Quando nos referimos à Empresa Brasil de Comunicação, de que comunicação estamos falando? Os governos criam secretarias de Comunicação e até concedem

RESUMO: Este trabalho tem como foco as restrições para o exercício de uma cidadania plena por parte da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que sofreu uma intervenção, por meio de medida provisória, durante o governo Temer, com alterações no seu estatuto e nas suas práticas comunicativas, mudanças essas que até então perduram no governo Bolsonaro. Utilizamos os pressupostos metodológicos da Análise Crítica da Narrativa (Gonzaga Motta, 2013) no texto da MP 744/2016, a fim de verificar o simbolismo autoritário do ato do governo e o impacto da medida para a liberdade de expressão no Brasil. Com a mudança na EBC desaparecem os fundamentos para uma cidadania vinculada à coisa pública e ao bem comum, sendo a própria cidadania que perde sua força política e seu espaço público.

PALAVRAS-CHAVE: cidadania; comunicação pública; medida provisória; narrativa.

status de ministros a seus titulares, mas, conforme salienta Martins (2012, p.41), são departamentos que cuidam da comunicação do governo e não da comunicação da sociedade. Esta requer uma empresa aberta à sociedade civil e seus diferentes órgãos, uma empresa plural, capaz de se tornar verdadeiramente um espaço público, independente dos poderes constituídos.

Hoje, em que pesem os esforços de diferentes grupos sociais e de estudiosos da Comunicação, existe uma grande distorção entre os sistemas de comunicação social devido à presença maciça do sistema privado, o que tem impedido a consolidação de um sistema público autônomo e independente que ofereça uma alternativa aos sistemas privado e estatal e, acima de tudo, contribua para construir a pluralidade e a diversidade necessárias à formação de uma opinião democrática, a exemplo do que ocorrem em países como Reino Unido, Alemanha, França e Estados Unidos.

Na base das discordâncias está presente o conceito de comunicação, ora visto como um serviço oferecido pelo Estado aos contribuintes, ora concebido como um direito, um dos direitos humanos. No âmbito das Américas, a Convenção Americana de Direitos Humanos, conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, declara que “toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito inclui a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, sem considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer meio de sua escolha” (Organização dos Estados Americanos, 1969, Art. 13).

Ao longo das décadas, a consolidação do direito à liberdade de expressão foi sendo acompanhada pelo surgimento de outros princípios jurídicos, entre os quais, o direito à informação (que inclui o direito de cada indivíduo em informar, se informar, e ser informado) e a liberdade de imprensa (liberdade de dizer, escrever, documentar e veicular aquilo que é de interesse público).

Os constituintes que escreveram a atual Constituição brasileira, de cinco de outubro de 1988, se debruçaram sobre os objetivos e valores que o Estado e a sociedade brasileira devem concretizar ou pelo menos almejar. Um desses valores substantivos almejados no processo constituinte foi o direito à comunicação. Nesse sentido, o texto constitucional prevê inúmeras regras protetivas ao direito à comunicação. Como exemplos podem ser citados o artigo 5º, em vários de seus incisos e os artigos 220 a 224, que se referem à comunicação social e aos direitos de cidadania.

2 | O SURGIMENTO DA EBC

O surgimento de uma Empresa Brasil de Comunicação veio suprir uma falha na inexistência de uma empresa pública aberta à cidadania. A empresa começou a ser idealizada em maio de 2007, quando o tema TV pública foi debatido durante o I Fórum Nacional de TVs Públicas, em Brasília. O evento envolveu amplos setores

da sociedade civil, como acadêmicos, comunicadores, cineastas, jornalistas, movimentos sociais, dirigentes de emissoras de rádio e televisão não comerciais, assim como grupos e entidades dedicados a refletir sobre a comunicação. Como resultado, foi aprovada uma proposta básica denominada Carta de Brasília.

Com base nesta proposta, foi organizado um grupo de trabalho, na presidência da República, que estudou modelos e alternativas e elaborou as bases da Medida Provisória 398, propondo a criação de uma nova empresa pública federal, com fundamento jurídico no artigo 223 da Constituição Federal. Sua missão institucional seria implantar e gerir os serviços de radiodifusão pública federais. Em outubro de 2007, com a edição da Medida Provisória 398, depois convertida pelo Congresso na Lei 11.652/2008, foi autorizada a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Ao herdar os canais de rádio e TV geridos pela estatal Radiobrás e pela Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto (Acerp), a EBC ficou encarregada de unificar as emissoras federais já existentes, instituindo o Sistema Público de Comunicação. Além disso, adquiriu como missão articular e implantar a Rede Nacional de Comunicação Pública. Missão que estava cumprindo passo a passo até o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, ocorrido no início da tarde de 31 de agosto de 2016.

Neste mesmo dia, três horas depois, Michel Temer toma posse em definitivo como presidente da República, no plenário do Senado: “Prometo manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil”, declara Temer com a mão sobre a Carta Magna. Por volta das 19h, o presidente recém-empossado embarca em viagem oficial à China.

No dia seguinte, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, na condição de presidente da República em exercício, assina a MP 744/16, medida que atribui a indicação do presidente da EBC ao ministro da Casa Civil (e não mais à Secretaria de Comunicação da presidência da República), transfere para o presidente da República o poder de nomear e exonerar os membros da Diretoria-Executiva da EBC, e extingue o Conselho Curador, que dentre seus 22 titulares contava com 15 representantes da sociedade civil, com competência para, dentre outras, deliberar sobre as diretrizes educativas, artísticas, culturais, informativas e sobre a linha editorial de produção da EBC.

Dessa forma, a MP 744/16 altera substancialmente a EBC, uma empresa pública sob a forma de sociedade anônima, que integra veículos como TV Brasil, Agência Brasil, Rádio MEC e Rádio Nacional. A propósito, o que é medida provisória? Quais suas causas e efeitos?

3 | A MEDIDA PROVISÓRIA

O primeiro efeito da MP 744/2016 que mudou a estrutura da EBC é a sua entrada em vigor a partir da publicação no Diário Oficial da União. O instrumento jurídico da medida provisória foi criado pela Constituição de 1988. A Assembleia Nacional Constituinte foi buscar este instrumento na doutrina e no direito positivo italiano e espanhol, e o inseriu na Carta Magna, em substituição ao decreto-lei utilizado pelos presidentes militares. Durante os trabalhos da Constituinte, cogitou-se largamente a implantação do sistema parlamentarista de governo. No entanto, os constituintes aprovaram de última hora o regime presidencialista, e incluíram a medida provisória no texto final da Constituição. Assim, a Constituição/88, em seu artigo 62, posteriormente alterado pela Emenda Constitucional 32/2001, adotou a medida provisória, que constitui um instrumento jurídico reservado ao presidente da República, em casos de relevância e urgência, com prazo de sessenta dias, prorrogáveis por igual período, dependendo da aprovação do Congresso Nacional para se tornar lei.

No que diz respeito à MP 744/2016, o governo Temer não apresentou os motivos de relevância e urgência para fazer uso do instrumento jurídico. Logo, cabe perguntar: como a edição de MPs é fiscalizada pelo legislativo? E pelo judiciário? De que maneira esta MP atua na comunicação pública? De que maneira esta MP interfere na garantia de cidadania? Como analisar a repercussão dessa medida provisória?

4 | METODOLOGIA

Neste artigo, examinamos o texto da MP 744/16 utilizando os pressupostos teóricos da Análise Crítica da Narrativa (Gonzaga Motta, 2013), com o objetivo de verificar as características do ato do governo e o impacto da medida para a liberdade de expressão no Brasil. Consideramos que uma medida provisória, como instrumento jurídico, contém elementos característicos de uma narrativa, como personagens, protagonistas e antagonistas, ações, conflitos, e a própria disputa de poder.

A Narrativa Crítica engloba métodos e procedimentos que não seguem um modelo fechado, mas procuram orientar-se pela reformulação discursiva, reconstrução de personagens, identificação da estratégia narrativa e sua análise, e revelação das meta narrativas.

Para Gonzaga Motta (2013), a análise crítica da narrativa, enquanto um processo de coprodução de sentidos, possibilita a compreensão das relações de poder entre os interlocutores, o papel dos personagens nos conflitos da narrativa, seus significados. O caminho é a busca do sentido, sendo que o texto é apenas o ponto de partida para a análise.

Pela análise crítica da narrativa, há três instâncias de análise operacional: 1.

plano de expressão - superfície do texto (linguagem ou discurso), que propicia a primeira leitura do texto; 2. plano da história (ou conteúdo), que engloba personagens e ações; 3. plano da metanarrativa (tema de fundo), que identifica os sentidos mais amplos da narrativa.

Vale ressaltar que as narrativas só existem em contexto, não podem nunca ser analisadas isoladamente, sob a pena de perderem o seu objeto determinante.

5 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fim de compreender a narrativa, qualquer que seja a sua natureza, é fundamental considerar qual a sua intervenção na vida de uma comunidade ou país. Claude Bremond (2011) nos diz que toda narrativa consiste em um discurso integrando uma sucessão de acontecimentos dotados de significação, pois estão necessariamente relacionados ao interesse humano, e organizados em uma série temporal estruturada.

Por sua vez, Barthes (2011) afirma que a forma da narrativa tem o poder de distender os signos ao longo da história, e agregar expansões imprevisíveis nestas distorções pela inserção de unidades que vêm de outras sequências ou episódios, cuja integração irá permitir orientar a compreensão dos acontecimentos imbricados.

De outra parte, Vladimir Propp, em *Morfologia do Conto Maravilhoso*, afirma que todo desenvolvimento narrativo parte de um dano ou uma carência que implicam uma busca, funcionando como o nó do acontecimento-intriga, passando por funções intermediárias, sequências ou episódios e terminando com o desenlace ou reparação do dano. Para Propp, um sistema de informações se desenvolve na narrativa ligando um episódio a outro, sendo que a informação também pode ser omitida ou tomar o aspecto de um diálogo. O fato é que as personagens devem conhecer alguma coisa – uma informação, uma conversa, sinais, queixas, calúnias, para começar a agir.

No que se refere à MP 744/2016, temos uma expressão de intervenção social, com desdobramentos e reverberações decorrentes da própria natureza jurídica do texto.

Outra questão importante a analisar é o impacto da medida para a garantia de uma cidadania mais plena, de maior inclusão social.

6 | ANÁLISE DA MP 744/2016

É importante ressaltar que a divisão de análise do texto em plano de expressão, plano da história e plano de fundo é feita para fins metodológicos, “distinguir esses três planos é um procedimento técnico para iniciar o mergulho até a essência do objeto e, a partir dele, retirar deduções sobre a relação comunicativa.” (Motta, 2013, p. 135).

Plano de expressão: Os termos **medida provisória, altera, assuntos**

jurídicos, passa a vigorar, alterações, será administrada, será composta, serão nomeados e exonerados, ficam revogados revelam uma primeira leitura ao longo do texto um encadeamento de conceitos e ações que convocam uma reformulação discursiva e remexem nos efeitos de sentido. Norberto Bobbio, em *Teoria do ordenamento jurídico*, afirma que “o objeto de regulamentação por parte das normas jurídicas são todas as ações possíveis do homem, e entendemos por ações possíveis aquelas que não são nem necessárias nem impossíveis;” (BOBBIO, 1997, p. 24).

Ao mesmo tempo, os termos acima relacionados explicitam a oposição entre a lei anterior e a medida provisória, e delineiam uma ação imposta como elementos estruturadores do texto, evidenciando um conflito já existente e que traz desdobramentos com a nova medida.

Da mesma forma, o termo **força de lei** revela os efeitos de sentido jurídicos do texto, como uma expressão que remete diretamente ao direito. Segundo Jacques Derrida (2003), em sua obra *Força de Lei: o fundamento místico da autoridade*, o termo **força de lei** mostra a sua relação entre o direito e a justiça, entre o poder, a autoridade e a violência, uma vez que a justiça não se esgota pelas instituições jurídicas:

Como distinguir entre esta força da lei, esta —força de lei, como se diz em francês e em inglês, creio eu, e por outro lado a violência que se julga sempre injusta? Que diferença existe entre, por um lado, a força que pode ser justa, em todo o caso julgada legítima (não apenas o instrumento ao serviço do direito, mas o exercício e o próprio cumprimento, essência do direito), e, por outro lado, a violência que se julga sempre injusta? O que é uma força justa ou uma força não violenta? (DERRIDA, 2003, p. 13).

O termo **serão nomeados e exonerados** funciona, no plano da expressão, como um recurso de linguagem que vai produzir efeitos de sentido no enunciado, conferindo poder ao presidente da República em exercício Rodrigo Maia, enquanto sujeito dessa ação.

A voz única e predominante do texto é a voz da autoridade, por força de lei, dá-se então a reconstrução da narrativa no tocante ao quadro histórico de reestruturação da Empresa Brasil de Comunicação, num silenciamento de vozes opositoras.

Ricoeur (2012) afirma que sempre podemos narrar de outro modo, pela supressão, deslocamento de ênfases, reconfiguração dos protagonistas da ação e os contornos dessa ação, desde a contribuição da identidade pessoal até a das identidades comunitárias que estruturam nossos vínculos de pertencimento.

Plano da história: A expressão **presidente da Câmara dos deputados, no exercício do cargo de Presidente da República**, logo abaixo da exposição de motivos da medida provisória 744/2016, apresenta um sujeito real, como protagonista, conferindo à análise o elemento estruturante da narrativa. No plano da história, a estratégia argumentativa do presidente em exercício é o uso da autoridade para a

edição de uma medida que sustenta, reafirma e garante o poder de decidir sobre a estrutura da EBC. Ao alterar a relação entre a EBC e o Estado, subordinando-a à Casa Civil, a presidência da República mostra como a realidade deve ser, como os sujeitos devem agir a partir da edição da medida provisória.

Pela análise crítica da narrativa, o indivíduo mesmo sendo real, representa a função de personagem no plano da história, sendo uma *figura de papel* barthiana. Seguindo esse fio narrativo, temos as instituições **presidência da República, Casa Civil** e **EBC** como protagonistas, sendo possível perceber a MP 744/2016 como um acontecimento sócio-político que atinge a EBC e conseqüentemente a comunicação pública, ao desvincular a Empresa Brasil de Comunicação da Secretaria de Comunicação Social da presidência da República, passando a responder diretamente à Casa Civil da presidência.

O art. 2º. da MP, pelo não-dito e pela omissão, apresenta nas entrelinhas um novo sujeito-personagem da narrativa, o Conselho Curador, que atua no texto como antagonista sumariamente eliminado pela revogação dos art. 15 a art. 17 e do inciso VIII do caput do art. 8º. da Lei 11.652/2008. Surge no texto um silenciamento imposto e velado, visto que não é mencionado o termo Conselho Curador, revelando a omissão de vozes que antes compunham o Conselho, interrompendo conexões e elos que estruturavam a EBC.

Dessa forma, a MP ainda contribuiu de forma expressiva para o desmantelamento da comunicação no espaço público ao extinguir o Conselho Curador, que dentre seus 22 titulares contava com 15 representantes da sociedade civil, com competência para, dentre outras, deliberar sobre as diretrizes educativas, artísticas, culturais, informativas e sobre a linha editorial de produção da EBC. Tendo que prestar contas unicamente ao governo Temer, que lançou mão da MP, a EBC perde seu caráter de comunicação pública, perde ao excluir a sociedade civil, perde a pluralidade de vozes e de conteúdo, perde em qualidade democrática.

No plano da história, os personagens e suas ações revelam o mundo da narrativa, com sujeitos praticando ações em datas e lugares determinados e reais que vão compor o relato num jogo de sentidos em permanente construção. Jameson nos faz lembrar que “pode-se acrescentar a isso a condição de que a História, a não ser sob a forma textual, nos é acessível, ou seja, que só pode ser abordada por meio de uma (re)textualização anterior.” (Jameson, 1992, p.75).

Plano da metanarrativa: Na análise de um ato jurídico como a medida provisória, que estamos empreendendo neste trabalho, o plano da metanarrativa é a terceira etapa onde o texto abre caminho para sua inserção na história e na estrutura profunda social e cultural. O que precisamos ainda investigar é como uma medida provisória como a que analisamos se insere no contexto sócio histórico em que as mensagens são produzidas, circuladas e recebidas e suas formas de interação. No caso em análise, este contexto histórico implica a evolução das práticas de cidadania, iniciadas com a Constituição de 1988.

Em primeiro lugar, é importante situar o conceito de cidadania, que foi desenvolvido por diferentes correntes de pensamento. Pereira e Morigi (2011) adotam em seus estudos a mesma concepção de cidadania usada por Marshall (1967), onde ela é vista como um conjunto de direitos e deveres atribuídos a todos os membros de uma sociedade.

Estes estudos atribuem à cidadania três dimensões de direitos: civis, políticos e sociais. Os direitos civis são direitos fundamentais à vida, à liberdade, à apropriação, à igualdade perante a lei. Os direitos políticos se referem à participação do cidadão no governo da sociedade e está relacionado ao voto. Os direitos sociais se baseiam na ideia central de justificação social; incluem direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria; permitem reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar a todos. Desta forma, os direitos civis garantem a vida em sociedade, os direitos políticos garantem a participação no governo da sociedade e os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva (PEREIRA E MORIGI, 2011, p. 255).

De acordo com os autores, os elementos que contribuem para a efetivação dos direitos no âmbito da sociedade são: o debate público e democrático; a circulação e o compartilhamento de informações e a mobilização dos atores sociais comprometidos. Temos então que a democracia está ligada diretamente com a questão da comunicação e o acesso a informação.

O direito de informação e comunicação é considerado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que foi adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948. O artigo 19 diz: “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”. O direito à informação e o direito à comunicação são tão expressivos que a mídia ganhou até mesmo o termo “quarto poder”, referindo-se a sua força de vigiar os outros três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. A função do jornalismo no exercício de sua democracia deve ser assim a de fiscalizar políticos e governos, informar o cidadão, denunciar e debater temas importantes à sociedade.

7 | A HIPERTROFIA DO SETOR PRIVADO

O surgimento da EBC no panorama nacional trouxe à tona uma característica dos meios de comunicação no Brasil, a hipertrofia do Sistema Privado de Comunicação, com sérios prejuízos para o conjunto da sociedade. Segundo o pesquisador Venício Arthur de Lima (2016), a Constituição Federal de 1988 constitui um marco de referência na legislação da radiodifusão no país. Como resultado de anos de luta de setores da academia e da sociedade civil organizada, nela foram inscritas normas e princípios que teriam sido capazes de alterar substantivamente

a estrutura concentrada e oligopolizada da radiodifusão brasileira no rumo de sua democratização. Nesta trajetória, a criação da Empresa Brasil de Comunicação representou um marco, no sentido de fortalecer o sistema público e permitir mais diversidade e pluralidade na produção de conteúdo cultural e jornalístico.

Como nos demais países da América Latina, no Brasil o sistema público de comunicação também enfrenta resistências por parte da população. Segundo o Centro Knight para o Jornalismo nas Américas, a mídia pública na região tem uma tradição histórica de estar a serviço do governo da vez quando deveria servir aos cidadãos. Em entrevista ao Centro Knight, Valerio Fuenzalida, especialista chileno em mídia e professor da Pontifícia Universidade Católica do Chile, disse que os meios de comunicação pública na América Latina ainda são caracterizados por baixa credibilidade e audiência.

No mesmo sentido, Fernando Oliveira Paulino, professor da faculdade de comunicação da Universidade de Brasília (UnB), considerou que os interesses governamentais ainda estão muito presentes em veículos da região, tanto públicos como privados. Ele afirmou que existe um problema de ordem social comum na América Latina, porque não há uma cultura de comunicação pública, o que torna mais difícil o desenvolvimento desses meios. Segundo Paulino, é muito comum que, nesses veículos, o conceito de ‘público’ seja confundido com ‘do governo’.

Estas distorções se agravam quando se pensa no conceito de cidadania e na gama de direitos que envolve. Além das experiências neoliberais na América Latina terem sido construídas dentro de distintos contextos com suas próprias contradições, no Brasil, o professor Venício Arthur de Lima afirma que circunstâncias históricas favoreceram a consolidação de um sistema privado de comunicação social como ator político muito mais poderoso do que em outras sociedades nominalmente democráticas.

8 | O FIM DO SONHO

O desequilíbrio entre a comunicação pública e a privada se agravou desde a destruição da experiência de implantação do projeto de comunicação pública da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que foi levada a cabo pelo governo do presidente Temer, e consolidada no governo Bolsonaro, que manteve na EBC o caráter de empresa de governo.

A medida provisória que determinou mudanças na EBC retirou da empresa todas as experiências de construção de uma comunicação pública que a transformava num instrumento de expansão da cidadania no país. A EBC se tornou um veículo estatal. A medida do governo feriu de morte a empresa pública e, de quebra, atingiu em cheio o direito pleno à comunicação, pilar de uma cidadania mais vigorosa. Para uma sociedade que almeja ser pluralista e democrática, a liberdade de expressão é fundamental.

O autoritarismo de uma medida provisória que cerceia a liberdade de informação e de expressão marca os novos tempos em vigor no Brasil, em que a comunicação perde o espaço público. São tempos nos quais a diversidade social e política ganha novos parâmetros, mais condizentes com um país que caminha para um tipo diferente, porém simbólico, de ditadura.

9 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde as mudanças implantadas pelo governo Temer, a EBC vem sofrendo violências, o que tem gerado críticas nas redes sociais e em vários setores da sociedade civil, jogando por terra toda uma luta de jornalistas, comunicadores, professores, que conseguiram construir um capítulo de Comunicação Social mais abrangente na questão dos direitos à comunicação na Constituição de 1988. Com a mudança na EBC desaparecem os fundamentos para uma cidadania vinculada à coisa pública e ao bem comum. São direitos que foram ameaçados, e é a própria cidadania que perde sua força política e seu espaço público.

Mais recentemente, em abril de 2019, jornalistas da EBC protestaram contra a censura imposta pela direção da empresa ao noticiário sobre os 55 anos do golpe militar de 1964. A empresa proibiu o uso de palavras como ‘golpe’ e ‘ditadura’. Em protesto contra a atitude autoritária da direção da EBC, os jornalistas trabalharam vestidos de preto naquele dia. Outra mudança também mereceu o repúdio da classe jornalística: para diminuir custos, a direção da EBC, que é uma empresa pública, determinou a fusão da programação com a TV NBR, que é uma emissora do governo federal.

De medida em medida, o sonho de uma empresa pública voltada para a consolidação da democracia e da defesa dos direitos humanos vai ficando no passado.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. *Teoria do ordenamento jurídico*. Brasília: Editora da UnB, 1997.

DERRIDA, Jacques. *Força de lei: o fundamento místico da autoridade*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2003.

JAMESON, Fredric. *O Inconsciente Político – a narrativa como ato socialmente simbólico*. São Paulo: Editora Ática, 1992.

LIMA, Venício Arthur. ‘Neoliberalismo, Democracia e Mídia’. In: Revista digital Carta Maior, 19/9/2016.

MACHADO, Luís Fernando Pires. *MPs: gênese, causas e efeitos*.

MARTINS, Luís. ‘Comunicação, regulação e cidadania’. In: PEREIRA, Fábio, MOURA, Dionne, ADGHIRNI, Zélia. *Jornalismo e Sociedade*. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

MOTTA, Luiz Gonzaga. *Análise Crítica da Narrativa*. Brasília: Editora da UnB, 2013

PEREIRA, Patrícia Mallmann; MORIGI, Valdir José. “Informação e cidadania: apropriação das tecnologias digitais na inclusão social brasileira”. In MORIGI, José; GIRARDI, Ilza; ALMEIDA, Cristóvão (orgs.). *Comunicação, informação e cidadania: refletindo práticas e contextos*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Paris: Editora Seuil, 1983 (primeira edição).

Entrevistas de Valério Fuenzalida e Fernando Oliveira Paulino ao artigo *Digitalização pode ajudar mídias públicas latino-americanas a sair da crise*, do Centro Knight, Universidade do Texas (2016).

SOBRE O ORGANIZADOR

Luan Vinicius Bernardelli: Doutorando em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Maringá. Foi *Visiting Scholar* na Southern Cross University (Austrália) (2019). Mestre em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Maringá (2017). Atua nas áreas de Economia monetária e financeira, Economia Regional, Economia da Religião e Economia da Saúde. Também atua como revisor ad hoc em diversos periódicos nacionais e internacionais. Suas principais publicações apareceram em revistas como Estudos Econômicos (USP), *Journal of Religion and Health*, *Local Government Studies*, *Review of Social Economics* e Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura 17, 19, 59, 91, 110, 114, 123, 137

Agroindustrialização 311

Alimentação 19, 107, 123, 124, 137

C

Consumo 92, 96, 98, 99, 103, 125, 136

Cultura 18, 85, 86, 96, 97, 98, 99, 110, 135, 182, 183, 184, 186, 333, 392, 393, 394, 424, 436, 437

D

Desenvolvimento 1, 2, 3, 4, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 32, 60, 72, 98, 114, 123, 137, 160, 172, 173, 175, 199, 200, 213, 216, 233, 245, 246, 250, 251, 253, 294, 295, 301, 302, 321, 335, 372, 373, 393, 394

Desenvolvimento Regional 1, 2, 3, 4, 10, 11, 12, 98, 246, 251, 394

Desenvolvimento Socioeconômico 372, 373

Dissidentes 173

E

Economia solidária 20, 147, 148, 151, 154, 158, 170, 171, 194, 221, 233, 371, 458

G

Globalização 31

I

Inclusão Digital 449

Inclusão Social 449

Incubadora 29, 180, 182, 185, 201, 204, 213, 214, 222, 223, 228, 231, 232, 234, 235, 239, 251, 254

Indústria de transformação 299, 300, 302, 304

Indústria extrativa 299, 300, 301, 302, 304

P

Participação 13, 66, 303, 304

Práticas agroecológicas 112

R

Rede 166, 170, 171, 204, 205, 207, 212, 214, 228, 229, 232, 349, 453, 459

Redes 32, 213, 216, 218, 454

S

Segurança alimentar 112, 115, 123, 320

Sociedade Civil 13, 17

T

Tecnologia Social 233, 449, 453, 457, 458, 459

Território 13, 14, 15, 16, 17, 32, 113, 245

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-505-1

